

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco". Atualmente possui 3.537 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1.127 milhão de cotas ativas, 822 mil bens entregues e uma carteira total de crédito (contemplado e não contemplado) superior a R\$ 46,5 bilhões.

No semestre, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 385,7 milhões, correspondente a R\$ 296,71 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 2,7 bilhões, Ativos Totais de R\$ 3 bilhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 536 milhões, com crescimento 8,7% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

Agrazecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil				
	30.6.2015	31.12.2014	30.6.2015	31.12.2014
ATIVO				
CIRCULANTE	2.197.141	1.877.698	375.565	393.273
DISPONIBILIDADES (Nota 5)	3	-	375.565	393.273
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7)	2.151.965	1.821.989	3.664	5.861
Carteira Própria	2.151.965	1.821.989	134.933	194.077
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	45.122	55.675	236.968	193.335
Créditos Específicos	6.146	4.616	-	-
Diversos	38.976	51.059	-	-
OUTROS VALORES E BENS	51	34	2.598	2.312
Despesas Antecipadas	51	34	2.598	2.312
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	838.575	791.614	2.598	2.312
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	831.867	784.620	-	-
Aplicações no Mercado Aberto	831.867	784.620	-	-
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	6.684	6.975	-	-
Diversos	6.684	6.975	-	-
OUTROS VALORES E BENS	24	19	-	-
Despesas Antecipadas	24	19	-	-
PERMANENTE	42.640	44.405	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 9)	201	201	-	-
Outros Investimentos	312	312	-	-
Provisões para Perdas	(111)	(111)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	525	652	-	-
Outras Imobilizações de Uso	3.841	3.899	-	-
Depreciações Acumuladas	(3.316)	(3.247)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 11)	41.914	43.552	-	-
Ativos Intangíveis	55.824	53.404	-	-
Amortização Acumulada	(13.910)	(9.852)	-	-
TOTAL	3.078.356	2.713.717	3.078.356	2.713.717
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.				

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil			
	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	154.343	125.028	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7c)	154.343	125.028	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	154.343	125.028	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	401.075	340.088	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	536.039	493.240	
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(9.982)	(10.107)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(20.971)	(22.559)	
Despesas Tributárias (Nota 18)	(61.554)	(57.077)	
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	935	789	
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(43.392)	(64.198)	
RESULTADO OPERACIONAL	555.418	465.116	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	27.198	27.692	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	582.616	492.808	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(196.891)	(165.221)	
LUCRO LÍQUIDO	385.725	327.587	
Número de cotas (Notas 14a e b)	1.300.000.000	940.000.000	
Lucro por lote de mil cotas em R\$	296,71	348,50	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	582.616	492.808	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.443	4.446	
Depreciações e Amortizações	4.209	3.641	
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	229	805	
Perda na Venda de Imobilizado	5	-	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	587.059	497.254	
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(47.247)	(784.620)	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(329.976)	321.154	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	11.055	(17.082)	
Aumento em Outras Obrigações	18.089	64.122	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(230.665)	(76.491)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	8.315	4.337	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(44)	(20)	
Alienação de Imobilizado de Uso	16	1	
Aplicação em Bens Intangíveis	(2.423)	(4.318)	
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(2.451)	(4.337)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(5.861)	-	
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(5.861)	-	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	3	-	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	3	-	
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil			
	30.6.2015	31.12.2014	
ATIVO			
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.608.585	10.693.151	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 22)	5.367.395	4.894.963	
Aplicações Financeiras	898.517	761.805	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	4.468.878	4.133.158	
OUTROS CRÉDITOS	6.241.190	5.798.188	
Direitos junto a Consorciados Contemplados	6.232.238	5.793.826	
Normais	6.101.800	5.695.295	
Em Atraso	40.716	31.401	
Em Cobrança Judicial	89.721	67.130	
Bens Retomados	8.953	4.362	
COMPENSAÇÃO	42.343.553	39.987.084	
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	459.481	429.312	
Contribuições Devidas ao Grupo	22.078.126	20.816.192	
Valor dos Bens a Contemplar	19.805.946	18.741.580	
TOTAL	53.952.138	50.680.235	
PASSIVO			
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	11.608.585	10.693.151	
Obrigações com Consorciados	4.429.532	4.162.822	
Valores a Repassar	60.298	53.023	
Obrigações por Contemplações a Entregar	4.468.878	4.133.158	
Recursos a Devolver a Consorciados	1.798.637	1.605.525	
Recursos dos Grupos	851.239	738.623	
COMPENSAÇÃO	42.343.553	39.987.084	
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	459.481	429.312	
Obrigações do Grupo por Contribuições	22.078.126	20.816.192	
Obrigações por Futuras Contemplações	19.805.946	18.741.580	
TOTAL	53.952.138	50.680.235	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. Como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador ("Banco Bradesco") e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Ajuste do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão do consorciado nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não figurarem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

j) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administração de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• *Software*
São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldo em 30.6.2014	940.000	38.235	1.015.422	-	1.993.657
Lucro Líquido	-	-	-	327.587	327.587
Destinações: - Reservas	-	16.379	308.096	(324.475)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3.112)	(3.112)
Saldo em 31.12.2014	940.000	54.614	1.323.518	-	2.318.132
Aumento de Capital com Reservas	360.000	-	(360.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	385.725	385.725
Destinações: - Reservas	-	19.287	362.774	(382.061)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3.664)	(3.664)
Saldo em 30.6.2015	1.300.000	73.901	1.326.292	-	2.700.193
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	1º Semestre 2015		2º Semestre 2014		
		%		%	
1 - RECEITAS	675.123	103,0	582.551	103,9	
1.1) Intermidação Financeira	154.343	22,5	125.028	22,3	
1.2) Prestação de Serviços	536.039	81,8	493.240	88,0	
1.3) Outras	(15.259)	(2,3)	(35.717)	(6,4)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(16.533)	(2,4)	(18.691)	(3,3)	
Comunicações	(6.167)	(0,9)	(6.576)	(1,2)	
Serviços Técnicos Especializados	(4.897)	(0,7)	(4.150)	(0,7)	
Processamento de Dados	(1.508)	(0,2)	(1.469)	(0,3)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.440)	(0,2)	(455)	(0,1)	
Viagens	(863)	(0,1)	(766)	(0,1)	
Materiais, Água e Energia	(554)	(0,1)	(622)	(0,1)	
Transportes	(495)	(0,1)	(546)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Contas de compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados
Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições
Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014 (1)
Disponibilidade em moeda nacional (1)	3	-
Total	3	-

(1) Em 31 de dezembro de 2014 a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2015 o valor correspondente a R\$ 831.867 mil (31 de dezembro de 2014 - R\$ 784.620 mil), refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Carteira própria	834.623	785.751
- Letras financeiras	1.317.342	1.036.238
- Cotas de fundos de investimentos	2.151.965	1.821.989

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2015				2014		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação (3)							
Letras financeiras do tesouro	111.517	105.654	-	298.731	515.902	515.902	266.176
Certificados de depósito bancário	-	-	5.849	36.418	36.418	29.096	-
Debêntures	-	-	1.556	42.614	44.170	44.170	40.834
Letras do tesouro nacional	-	9.588	957	20.611	31.156	31.156	36.097
Notas do tesouro nacional	441.949	-	-	370	442.319	442.319	480.540
Letras financeiras	-	12.417	68.526	999.709	1.080.652	1.080.652	963.348
Outras	1.065	87	196	-	1.348	1.348	5.898
Total em 30 de junho de 2015	554.531	127.746	77.084	1.392.604	2.151.965	2.151.965	1.821.989
Total em 31 de dezembro de 2014	536.428	11.248	119.587	1.154.726			

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do período a Bradesco Consórcios possuía R\$ 1.317.342 mil (31.12.2014 - R\$ 1.036.238 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	47.247	34.620
Subtotal	47.247	34.620
Títulos de renda fixa	107.096	90.408
Total	154.343	125.028

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Pagamentos a ressarcir	28.171	22.410
Impostos e contribuições a compensar	9.024	28.940
Devedores por depósitos em garantia	6.224	5.036
Valores específicos cobrança judicial	5.623	4.179
Créditos tributários (Nota 25c)	1.785	1.553
Bens retornados após encerramento	523	437
Outros adiantamentos	456	95
Total	51.806	62.650

9) INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais	(111)	(111)
Total geral dos investimentos	201	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				30.6.2015	31.12.2014
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.365	(1.974)	391	499
Sistemas de processamento de dados	20%	1.458	(1.328)	130	148
Sistemas de segurança	10%	18	(14)	4	5
Total em 30 de junho de 2015	3.841	(3.316)	525		
Total em 31 de dezembro de 2014	3.899	(3.247)	652		

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				30.6.2015	31.12.2014
<i>Software</i>	20%	55.824	(13.910)	41.914	43.552
Total em 30 de junho de 2015		55.824	(13.910)	41.914	43.552
Total em 31 de dezembro de 2014		53.404	(9.852)		43.552

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais previdenciárias (1)
Saldo em 31.12.2014	55	2.583	35
Constituição de provisões/reversões	133	470	-
Atualização monetária	2	156	1
Pagamentos	-	(533)	-
Saldo em 30.6.2015 (Nota 13)	190	2.676	36

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	123.363	183.275
Impostos e contribuições a recolher	11.534	10.767
Provisões fiscais (Nota 12b)	36	35
Total	134.933	194.077

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	214.836	175.964
Provisões para pagamentos a efetuar	9.321	7.021
Recursos pendentes	6.146	4.616
Processos judiciais em andamento	4.259	3.578
Provisões cíveis (Nota 12b)	2.676	2.583
Provisões trabalhistas (Nota 12b)	190	55
Outros valores	2.138	1.830
Total	239.566	195.647

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.300.000 mil (31.12.2014 - R\$ 940.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.300.000.000 (31.12.2014 - 940.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2014	940.000.000	940.000
Aumento de capital (1)	360.000.000	360.000
Em 30 de junho de 2015	1.300.000.000	1.300.000

(1) Em 28 de abril de 2015 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 360.000 mil, elevando-o de R\$ 940.000 mil para R\$ 1.300.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 360.000 mil, com a criação de 360.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sôcio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sôcio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 27.5.2015.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Reservas de lucros	1.400.193	1.378.132
- Reserva legal (1)	73.901	54.614
- Reserva estatutária (2)	1.326.292	1.323.518

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos períodos findos em:

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Lucro líquido	385.725	327.587
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(19.287)	(16.379)
Base de cálculo	366.438	311.208
Dividendos propostos	3.654	3.193
Percentual em relação à base de cálculo	1%	1%
Valor em reais por lote de mil cotas	2,82	3,31

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Taxa de administração de grupos de consórcios	498.144	467.765
Taxa de permanência (1)	37.895	25.475
Total	536.039	493.240

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

16) DESPESA DE PESSOAL

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Proventos	3.993	4.368
Benefícios	2.681	2.234
Encargos sociais	2.295	2.666
Participação dos empregados nos lucros	845	764
Outras	168	75
Total	9.982	10.107

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Comunicações	6.167	6.576
Serviços técnicos especializados	4.897	4.150
Depreciações e amortizações	4.209	3.641
Processamentos de dados	1.508	1.469
Propaganda, promoções e publicidade	1.440	455
Contribuições filantrópicas	-	3.533
Viagens	863	766
Material	554	622
Transportes	495	546
Aluguéis	227	227
Manutenção e conservação de bens	107	125
Outras	502	449
Total	20.971	22.559

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Contribuição à COFINS	42.388	39.207
Impostos sobre serviços - ISS	9.963	9.355
Contribuição ao PIS	9.203	8.512
Outros	-	3
Total	61.554	57.077

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Reversão de provisões	700	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

e) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

DIRETORIA
Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

 Domingos Figueiredo de Abreu
 Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Diretores Vice-Presidentes

 Marco Antonio Rossi
 Alexandre da Silva Glüher

 Josué Augusto Pancini
 Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

Diretor Superintendente

Octavio de Lazari Júnior

Diretor

Mauricio Gomes Maciel

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2015 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2015 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 20 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Cláudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1